

Líderes aprovam 12 medidas provisórias

Pauta previa a votação de 43 MPs, mas só foram discutidas as menos polêmicas

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Na primeira sessão que realizou depois do início do ano legislativo, o Congresso aprovou ontem o texto de 12 medidas provisórias. Nenhuma delas é polêmica. Medidas como a que criou o Plano Real e a que permite aumento das mensalidades escolares, polêmicas, nem sequer foram levadas a debate. Os líderes dos partidos calculam que nova votação só ocorrerá depois do carnaval. A pauta de ontem tinha 43 MPs na ordem do dia.

Todos os projetos foram aprovados por voto simbólico na Câmara e no Senado, conforme acordo dos líderes dos partidos. Medida provisória que permitia o acerto de contas da Itaipu Binacional com o Tesouro foi retirada de pauta na última hora. Parlamentares do Paraná discordaram da proposta. A Câmara registrou as presenças de 444 deputados. Não foi feita a chamada nominal dos senadores.

Estas foram as Medidas Provisórias aprovadas ontem:

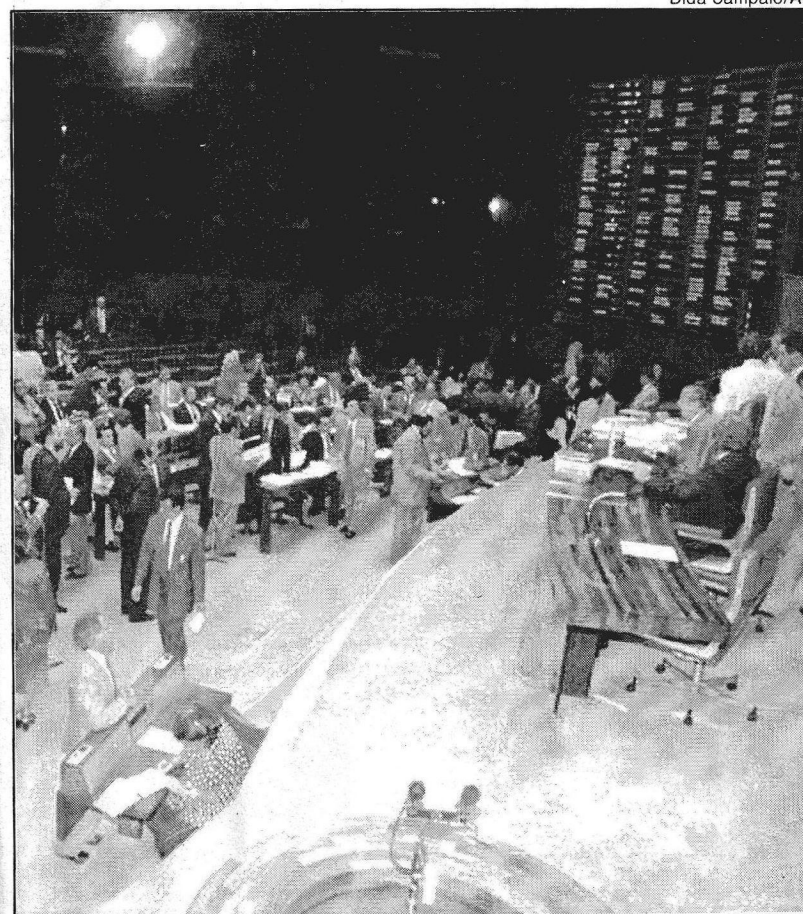
852 — Dá ao documento de identidade de cidadão estrangeiro que reside no Brasil prazo de validade de nove anos e não de quatro, como era antes;

856 — Concede aos táxis isenção da cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

857 — Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito de R\$ 5,07 milhões para o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea);

859 — Suspende a obrigatoriedade de prestação do serviço

PLANO REAL E CONTAS DE ITAIPU FICARAM DE FORA



Dida Sampaio/AE

O plenário da Câmara: votação foi simbólica e acabou em duas horas

militar do soldado engajado ou reengajado, para permitir o exercício de atividade temporária no Rio de Janeiro;

861 — Amplia o prazo de seis meses para 24 meses para que os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) utilizados para as despesas de saúde do extinto

Inamps sejam ressarcidos;

862 — Prorroga o prazo para a conclusão do inventário dos bens imóveis e do acervo físico, documental e material do extinto Inamps;

874 — Prorroga em seis meses o prazo de contratações temporárias para o cálculo de execução de sentenças transitadas em

julgado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

875 — Autoriza o Ministério dos Transportes a transferir R\$ 105 milhões da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para a Companhia Fluminense de Trens Urbanos;

876 — Concessão de crédito de R\$ 4,3 milhões da Reserva de Contingência do Tesouro para dar continuidade às frentes emergenciais de trabalho;

877 — Amplia o quadro de civis nos colégios militares;

881 — Autoriza o Executivo a conceder, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empréstimo de R\$ 10,5 milhões ao Lloyd Brasileiro;

885 — Autoriza o Banco do Brasil a emprestar R\$ 500 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) a juros de 6% ao ano para o custeio da safra agrícola;